



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA DEZOITO DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

Acta nº3/2022

Aprovada em 04/10/2022

No dia dezoito de Julho de dois mil e vinte e dois teve lugar a 3ª Sessão Ordinária de 2022, realizada na *Sala D. Afonso Henriques* - Convento São Francisco -, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

Intervenção do Público, nos termos do artigo 72º do Regimento da Assembleia Municipal

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

- *Informação escrita do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal*
- *Grupos Políticos*

2. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2021 do Município de Coimbra - Votação;

2.1 Relatório e Contas 2021 da AC, Águas de Coimbra, E.M. – Conhecimento;

2.2 Relatório e Contas 2021 e Relatório de Atividades e Orçamento 2022 - IParque -Conhecimento;

2.3 Relatório de Contas 2021 – Prodeso– Conhecimento;

3. Proposta de Internalização dos SMTUC nos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Coimbra e Reestruturação da Organização dos Serviços Municipais – Votação;

4. Repartição de encargos para abertura de procedimento para fornecimento de energia em média tensão para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – Votação;

5. Celebração de contratos Interadministrativos com UF/JF – Transferências financeiras -Votação;

5.1 Relatório de execução e plano de calendarização de 15 Março a 20 Junho – Gabinete de Apoio às Freguesias – Conhecimento;

6. Proposta de apoio às Freguesias/União de Freguesia do Concelho, para realização de eventos e iniciativas que se insiram no âmbito das respectivas atribuições – Votação;

7. Protocolo de Cooperação sobre o Sistema de Mobilidade do Mondego - Minuta – Votação;

8. Alteração do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Pista de Atletismo do Estádio Municipal Cidade de Coimbra - Votação;

9. Adesão do Município de Coimbra ao Pacto de Autarcas - Votação;

10. Fundação Serralves – Proposta de não Adesão do Município ao Conselho de Fundadores - Votação;

11. Designação de fiscal único e respectivo suplente – IParque - Votação;

12. Criação do Provedor do Município da Câmara Municipal de Coimbra e aprovação do respectivo estatuto – Votação;

13. Projecto da Acta nº 2, de 28 de Abril de 2022 - Votação.

Participaram na Sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS)

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Luís Silva, Tiago Bolhão, Juvenal Sousa, Rui Claro, Elisabete Lemos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Arménio Ferraz e Jorge Fernandes.

Presidentes de Junta de Freguesia: António Coelho, João Marques, José Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, João Pimenta, Jorge Veloso e Horácio Costa.

Grupo Municipal (PPD/PSD)

Eleitos directos

Graça Oliveira, Martim Syder, Carlos Figueiredo, Paulo Lopes, Diogo Carvalho e Teresa Gaspar

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Rodeiro, António Teodoro, João Campos, Luís Correia e José Simão.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU)

Eleitos directos

Manuel Rocha, João Pinto Ângelo, e Rui Mendes.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Victor Carvalho e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Nós Cidadãos (NC)

Eleitos directos

Nunes da Silva, Lúcia Ferraz, Lara Martins e Rui Rodrigues.

Presidente de Junta de Freguesia: Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP)

Eleitos directos

Jorge Almeida, Helena Mendes, Margarida Pocinho e José Castro.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC)

Eleitos directos

João Malva e Graça Simões.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Deputado Municipal do Chega

Fernando Duque

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara José Manuel Silva e do Vice-Presidente Francisco Veiga, estiveram presentes os Vereadores, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Oliveira, Francisco Queirós, Regina Bento, Carina Gomes, José Dias e Hernâni Caniço.

Mesa

Presidiu à sessão o *Presidente da Assembleia Municipal* Luís Marinho que foi secretariado por Graça Simões, *Primeira Secretária*, e Paulo Cardoso, *Segundo Secretário*.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos pedidos de suspensão de mandatos nos termos do nº 1 do artigo 13º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

O Deputado Municipal **Víctor Parola** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta Sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Elisabete Lemos**.

A Deputada Municipal **Isabel Garcia** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta Sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Bruno Carvalho**, que apresentou pedido de *suspensão de mandato pelo período de 3 meses*.

O Deputado Municipal **Bruno de Carvalho** foi substituído pela Deputada Municipal **Margarida Branco**, que apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta Sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Arménio Ferraz**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Deputado Municipal **Ramiro Simões** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta Sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Jorge Fernandes**.

Grupo Municipal Partido Social Democrata (PPD/PSD):

O Deputado municipal **Ricardo Lopes** apresentou *renúncia ao mandato*, pelo que foi substituído pelo Deputado Municipal **Paulo Lopes**.

A Deputada municipal **Lídia Pereira** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta Sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Diogo Rodrigues**.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU)

A Deputada Municipal **Luísa Silva** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta Sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Rui Mendes**.

I- ABERTURA

O Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão encetando as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”

Intervenção do Presidente da Assembleia

- Anunciou a retirada na reunião do Executivo do *Ponto 3* e do *Ponto 6* da Ordem de Trabalhos, pelo que, putativamente, estavam excluídos dos trabalhos da Assembleia, consequentemente, reduzidos a onze pontos;
- Declarou *aprovada* a “*Ordem de Trabalhos*”, face à inexistência de observações;
- Lembrou personalidades de Coimbra que tinham perecido nos últimos meses: Campos Coroa, Carlos Alberto Moura Portugal e Brito, Fernando Pinto Monteiro, Paula Rêgo, Jaime Lobo e Carlos Cidade “*que tantas vezes fez ecoar a sua voz nesta Assembleia nas diversas qualidades, como deputado, como vereador, como vice-presidente*”, assim, sugeriu que a Assembleia Municipal cumprisse um minuto de silêncio e de lembrança;
- Cedeu a palavra a Rui Calado, representante da Associação de Moradores do Monte Formoso, para intervenção do público nas condições estabelecidas no artigo 72º, do Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra, para durante 5 minutos manifestar as suas preocupações;
- Indicou a possibilidade da Câmara, indefinidamente e dos Grupos Políticos, dispondo de 2 minutos cada, responderem à intervenção que se seguia.

Intervenção do Público, nos termos do artigo 72º do Regimento da Assembleia Municipal

- Apresentou-se como porta-voz de um conjunto de 4 associações, Associação de Moradores do Bairro do Ingote, Associação de Moradores do Bairro da Rosa, Associação de Moradores Bairro António Sérgio, Associação de Moradores da Rua de São Paulo e Associação de Moradores de Monte Formoso;
- Felicitou a interação entre eleitores e eleitos sempre que se mostrasse possível, agradecendo à Assembleia Municipal de Coimbra na pessoa do seu Presidente;
- Remeteu para Fevereiro, aquando apresentação de um loteamento para habitação social no Planalto do Ingote. Contou que no Planalto do Ingote existiam, num universo de 733, 440 fogos de habitação social, cerca de 60% de toda a habitação social;
- Observou que 90% da habitação social construída em democracia, ou seja, nos últimos 50 anos, estava no Bairro do Ingote;
- Aludiu ao princípio de cidade inclusiva contrastando com o conceito de espacialização de pobreza, afirmando que o actual Presidente da Câmara, enquanto vereador da oposição, na reunião de Câmara de dia na apelou ao debate público antes da estratégia de habitação para os próximos 10 anos;
- Lembrou que durante a campanha eleitoral o Presidente da Câmara defendia que o concelho de Coimbra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

precisava de mais habitação social de forma descentralizada. Concretizou que na acção 103 do Programa Eleitoral do Juntos Somos Coimbra a habitação social devia ser dispersa por todo o concelho, reabilitando e construindo os edifícios;

- Referiu o Programa de Recuperação e Resiliência que no domínio do “1º Direito” lançaria a oportunidade de construção de uma estratégia de habitação social até 2026, com previsível prorrogação devido ao actual contexto na Europa;
- Enunciou como simples a solução, reforçando o arrendamento previsto nas GOP’s do Município e no *Programa 1º Direito* como uma resposta a curto prazo, tomando de exemplo Monte formoso e Loreto onde a prática tem sido bem sucedida;
- Defendeu mais habitação social, com o arrendamento como solução do momento e prioridade na reabilitação urbana;
- Realçou que os moradores do Planalto do Ingote, as assistentes sociais, as forças de segurança e as pessoas candidatas a habitação social não tinham sido auscultadas para uma resposta integrada e para toda a cidade e intervenientes.

Intervenção do Presidente da Assembleia

- Referiu que o Presidente da Câmara responderia oportunamente e cedeu 2 minutos aos grupos parlamentares para que se expressassem em consonância com a intervenção do público.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo(CDU): - (audição impercetível)

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): (áudio 26:24 a 29:13 minutos - 1ª gravação)

- Tomou o exemplo de Carlos Cidade, que se batia, entre outras, pela causa do Planalto do Ingote e dos seus moradores, pelo que subscreveria o que tinha sido reportado na intervenção do público.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Rodrigues (NC): (áudio 29:33 a 31:35 minutos - 1ª gravação)

- Declarou que o grupo Nós Cidadãos, enquanto constituinte da coligação Juntos Somos Coimbra, estava de acordo com o que Rui Calado tinha participado, confirmando que o loteamento não configurava o que tinha sido prometido.
- Realçou, no entanto, que face à impossibilidade da sua prorrogação no tempo ou mobilidade no espaço devido à perda de financiamento, a alternativa não se afigurava razoável.

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC): (áudio 31:57 a 34:21 minutos - 1ª gravação)

- Lembrou, aquando da apresentação da Estratégia Municipal da Habitação no anterior mandato e na proposta para as GOP do ano vigente, a importância do Centro Cívico do Planalto, como equipamento de promoção da coesão social do grande território e da sua integração qualificada na cidade;
- Afirmou que se tinha perdido um ano porque não tinham avançado para o concurso, ao invés, pretendiam acrescentar habitação social ao local;
- Retomou as palavras da intervenção antecedente de Rui Rodrigues, afirmando que não era preciso desperdiçar os fundos, existiam alternativas;
- Manifestou concordância com os cidadãos intervenientes, louvando vivamente a sua mobilização e apelando a continuidade de iniciativas participativas;
- Questionou o Executivo quanto à conjugação da urgência justificativa da decisão com a espera de pelo menos 3 anos até à sua conclusão;
- Pediu esclarecimentos ao Executivo que, perante a urgência assinalada e perante as vantagens comprovadas da disseminação da habitação social, contava 9 meses sem recorrer aos fundos disponíveis e orçamentados para arrendamento no mercado privado e subarrendamento apoiado, para alojar imediatamente famílias necessitadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 34:35 a 38:23 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Saudou a iniciativa em representação das associações de moradores do Planalto do Ingote, salvaguardando que a resposta cabia ao Executivo, pelo seu Presidente ou pela Vereadora responsável;
- Considerou que a discussão estaria invertida, primeiramente, deveria ser o Executivo a inteirar a Assembleia da situação relatada;
- Questionou a resposta da Vereadora responsável ou das demais entidades competentes de forma a perceber a existência de alternativas, para o próprio juntamente com a CDU poderem fazer a análise adequada.

Intervenção do Deputado Municipal Luís Correia (PSD): [\(áudio 38:46 a 41:01 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Reforçou a posição assumida pela União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, lembrando que na última Sessão tinha deixado a nota de que a Associação de Moradores tinha sido ouvida e discutidas as suas preocupações em sede de Assembleia de Freguesia;
- Dirigiu-se ao Deputado Ferreira da Silva e afirmou que chamar “*guetto*” ao Planalto era recuar ao tempo em que tinha sido construído o Bairro da Rosa, lembrando-lhe quem tinha consumado esse facto;
- Reiterou o pedido para que a *Estratégia Local para Habitação Social* fosse discutida, seriamente, por todos os intervenientes.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal:

- Avançou que estavam de acordo em tudo apenas a vontade de atender às necessidades das pessoas e não perder financiamento os separava;
- “*90% da habitação social foi construída no Planalto do Ingote, a partir de agora 90% da habitação social vai ser construída fora do Planalto*”: Afirmou como mudança radical porque não queriam concentrar mais população no Bairro do Ingote, pelo que o loteamento no Planalto do Ingote e a intervenção em Vale Figueiras.?????
- Referiu que davam continuidade aos projectos em andamento e tinham novos projectos para a *Estratégia Local de Habitação*, em que o paradigma ia ser alterado para 90% das construções serem fora do Planalto do Ingote;
- Os prazos de candidatura não podemos perder financiamento ???
- O tempo de debate público sobre as questões específicas apresentadas já tinha passado
- Pedimos aos presidentes de junta onde pudessem criar projectos de habitação social onde pudessem disseminar por todo o concelho
- Indicou os vectores construção, reabilitação e arrendamento como cruciais para a estratégia de habitação social;
- Refutou a ideia de se ter perdido um ano para avançar com o concurso do Centro Cívico, porque o gabinete do arquitecto Carrilho da Graça estava a trabalhar, sendo que o projecto tinha de ser adaptado de acordo com a realidade e a legislação actual.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Encerrou o debate prevenindo que os seus efeitos seriam despoletados;
- Aceitou, em nome da Mesa, o abaixo-assinado “*Por Um Planalto Com Mais e Melhor Qualidade de Vida*” entregue pela mão do *Munícipe Rui Calado*, asseverando que seria dado conhecimento à Câmara e aos Deputados;
- Reconheceu que não era garantido o aprofundamento das intervenções do público, porque o Regimento previa um período muito curto na Abertura da Sessão;
- Relembrou a distribuição dos tempos abrindo o “*Período Antes da Ordem do Dia*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC): (áudio 48:45 a 54:28 minutos - 1ª gravação)

- Promoveu a cultura e estendeu a sua importância à baixa da cidade, aos bairros sociais e às freguesias rurais e urbanas;
- Aludiu ao insucesso da candidatura de “Coimbra Capital Europeia da Cultura 2027” e, nesse âmbito, à inexistência de candidatura à comunidade da inovação “EIT cultura e criatividade”, quando o próprio alertou o Presidente da Câmara, em devido tempo em sede de Assembleia, para a magnitude da oportunidade;
- Referiu a importância de uma “*incubadora de expressões culturais e indústrias criativas*” na baixa da cidade, como centro comum de recursos para apoio a pequenos eventos culturais. Lembrou, a propósito, a urgência de um plano cultural para a cidade que contasse com a revitalização da *Casa da Escrita* e da *Casa Municipal da Cultura* e o incentivo à vida cultural nas Escolas. Lançando, assim, o repto “*o Senhor Presidente vai deixar cair a casa de Jaime Cortesão em São João do Campo?*”;
- Advertiu “*a cultura deve invadir as reuniões da Câmara. A cultura também é cultura democrática (...) podemos ouvir em direto os monólogos do Presidente dissertando mal-educadamente sobre os vereadores da oposição. Exige-se mais respeito e ponderação por parte do representante dos cidadãos de Coimbra!*”
- Remeteu para as palavras do Presidente de Câmara que contestavam as medidas nacionais de contingência e consequente adiamento do evento de *Motards*, lembrando-o que se tratava do mais alto responsável pela Proteção Civil do Município de Coimbra e a segurança não tinha sido priorizada;
- Questionou a limpeza das margens das estradas nos territórios do município, indiciando que a Câmara não tinha cumprido com as suas obrigações legais;
- Elogiou as “Festas da Cidade” e o seu programa cultural;
- Previu que o Presidente seria responsável se incidente semelhante ao vivido pelos cavalos na procissão se repetisse. Remetendo para o seu Programa Eleitoral amigo dos animais, referiu a existência de alternativas para o fogo de artifício, sem explosão;
- Enalteceu o “*Dia Aberto do Canil Municipal*” contrastando com a falta de uma equipa de socorro e resgate animal ou de uma política estruturada para resolver o problema das matilhas de cães errantes.

Intervenção do Deputado Municipal Nunes da Silva (NC): (áudio 54:54 1ª gravação a 00:03 minutos 2ª gravação)

- Propôs-se falar da saúde do Município enquanto representante da Assembleia Municipal na ACES Baixo Mondego;
- Relatou que o “*Plano Municipal de Saúde*” se encontrava na primeira fase, em trabalho de gabinete e criação de página Web. Existiam 6 Centros de Saúde com 13 Unidades de Saúde Familiares, sendo 5 de modelo B e 6 Extensões. Todos os centros de saúde tinham horário de funcionamento de 2ª a 6ª feira das 8h00 às 20h00, sendo que a Unidade de Saúde Familiar da Cruz de Celas tinha também consultas ao sábado de manhã;
- Asseverou que não existia falta de médicos em qualquer Unidade de Saúde Familiar ou Centro de Saúde e que tinham a sua lotação esgotada, sem capacidade de atendimento para mais utentes;
- Informou que, actualmente, 11 272 utentes apresentavam condições administrativas sem médico de família, 6 071 em Celas; 3 324 no Norton de Matos; 1 343 em Santa Clara com os restantes distribuídos pelos outros 3 Centros de Saúde. Assinalou um número indeterminado, por ser flutuante, sem títulos de residência como os casos de processos de Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e alunos ERASMUS;
- Contou as necessidades médicas específicas em cada freguesia e locais mais restritos, nomeadamente hipertensão arterial e risco de AVC eram causas de morte; má nutrição obesidade e, diabetes lesões na retina que provocam cegueira; no caso da população mais idosa artroses e problemas reumatológicos levam à dificuldade de locomoção; problemas dentários, quando não tratados atempadamente, revelam-se de difícil solução; problemas de saúde mental ou problemas sociais graves;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Partiu do pressuposto de que tendo meios humanos e técnicos suficientes poderia ser proporcionada boa qualidade de saúde aos munícipes e passou a explicar que o problema se prendia com a existência de Um técnico para rastreio de retinopatia diabética para toda a ACES Baixo Mondego, um nutricionista em Celas e um outro em licença sem vencimento; um técnico superior de saúde em São Martinho do Bispo, três dias por semana, 4 psicólogos na Fernão Magalhães, Celas e Norton de Matos e Assistentes Sociais em todos os centros, mas nenhum a tempo inteiro. Avançou os dados mais gravosos: 0 ortopedistas; 0 Cardiologistas; 0 Pediatras; 0 Higienistas Oraís; 0 Médicos Dentistas;
- Afirmou que desde 2017 que não abriam concursos e questionou as condições dos concursos que a Ministra da Saúde tinha anunciado para breve, avançando que se as necessidades identificadas fossem colmatadas a saúde dos munícipes melhoraria de forma significativa.
- Alertou que, caso a transferência de competências na área da saúde fosse para a frente da forma delineada, seria “*um desastre completo*”;
- Abordou o problema hospitalar referindo que recorriam aos HUC utentes do município, do distrito e franjas dos Municípios de Aveiro, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Santarém e Leiria, para além dos utentes vindos de outros locais do país e estrangeiros;
- Afirmou que a urgência era um caos, sem condições de espaço e meios humanos, tomando de exemplo que uma simples limalha ocular que surgisse ao fim de semana tinha de se deslocar a Coimbra;
- Dedicou uma palavra à medicina privada, enquanto factor importante na cidade, mas devia ser vista como alternativa e complemento do Sistema Nacional de Saúde;
- Acusou a falta de qualidade e incapacidade dos políticos que tinham governado o Município e apresentou soluções. Relativamente aos Centros de Saúde, ou se abriam rapidamente concursos dignos para médicos e técnicos especialistas ou o Governo deveria transferir para o Município toda a responsabilidade de colocar os recursos humanos, não só assistentes operacionais, transferindo o respectivo valor dos encargos. Em alternativa poder-se-ia reactivar e modernizar o Hospital Geral dos Covões ou contruir um novo hospital em Coimbra.

Intervenção do Deputado Municipal Tiago Bolhão (PS) ([áudio 03:21 a 05:53 minutos 2ª gravação](#))

- Demonstrou, em nome do PS, o total descontentamento com “a *tentativa subversiva de aniquilar os SMTUC*” e a forma pública de um transporte essencial por parte do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Manuel Silva; ???
- Observou que em Coimbra, em contraste com as demais cidades europeias, compravam-se autocarros envelhecidos sob uma visão ultrapassada de redução de custos, sem critério e desfasada do objetivo da neutralidade carbónica;
- Alertou para o facto de o desenvolvimento de Coimbra depender da visão de que o serviço público de transportes se tratava de um bem essencial, com fator social fundamental para a população que se deslocava de Souselas, de Trouxemil, de Almalaguês e de cada umas das 31 freguesias, para o trabalho, para a farmácia, para o hospital ou Escola. Ao invés, de uma óptica meramente empresarial;
- Relatou a “*Feira do Livro*” que tinha cerca de 30 de expositores, com investimento de cerca de 150 mil euros e marcado presença 5 mil pessoas ao longo de 10 dias. Comparativamente com a última edição da “*Feira Cultural de 2019*”, por sua vez, tinha tido 200 expositores de interesse cultural, sendo 55 da área do livro e cerca de 80 mil presenças.????

Intervenção do Deputado Municipal Fernando Duque (CH): ([áudio 06:17 a 07:53 minutos 2ª gravação](#))

- Lançou o desafio ao Presidente da Câmara de, na margem esquerda do Rio Mondego, a montante das piscinas municipais, poder receber a “*Terceira Fase do Programa Polis*”, ou feira equivalente, com a duração de uma semana, nas temáticas da saúde, com representação dos CHUC, nas temáticas do ensino com as faculdades da Universidade de Coimbra e outras instituições de ensino, um espaço para o fado de Coimbra, cervejarias locais, turismo histórico religioso, novas tecnologias, como a “*Critical Software*”, com tradições folclóricas e gastronómicas. Com abertura a empresas nacionais e internacionais, alargando a um país por ano, começando pelos PALOPS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Rui Mendes (CDU): [\(áudio 08:09 a 12:51 minutos 2ª gravação\)](#)

- Retomou a instalação “*Mercadona*” no “*Atrium Solum*” e reiterou, passado meio ano, o que tinha defendido em Assembleia: que a instalação prejudicaria a qualidade de vida dos moradores, não seria amiga dos munícipes e das famílias; privaria os frequentadores e moradores da zona de um ponto de encontro, espaço de lazer e de trabalho; determinaria o encerramento de cerca de duas dezenas de pequenas lojas de comércio tradicional, com várias dezenas de trabalhadores; acrescentaria mais uma grande superfície às várias dezenas existentes na cidade; provocaria muito ruído e constrangimentos de trânsito numa zona residencial, próxima de escolas e equipamentos desportivos;
- Apoiou, pelo exposto, a luta dos moradores da zona, dos frequentadores do espaço e comerciantes que tinham promovido um abaixo-assinado com mais de quatrocentas assinaturas;
- Observou que a posição do Presidente de Câmara também era discordante e tinham sido solicitados pareceres. Questionou, assim, qual o conteúdo dos pareceres e se o “*Mercadona*” efetivamente ocuparia o “*Atrium Solum*”. Lamentou o silêncio cúmplice do Município e garantiu a firme oposição da CDU e dos seus eleitos;
- Referiu a degradação e abandono das antigas instalações do ISCAC e reforçou a importância da sua recuperação para a vida pública da cidade com instalação de equipamentos socioculturais, a título de exemplo. Descreveu-o como um amplo espaço, localizado numa zona nobre e central da cidade, com um potencial enorme de dinamização da zona envolvente, eminentemente residencial;
- Remeteu para 2002/2004 quando pedido aos habitantes da alta que retirassem as antenas dos prédios, em troca de quatro canais gratuitos através da atual NOS. Informou que com as atualizações de sistemas, a partir de 4 de Julho, quem não tinha TV’S atuais ficaria sem sinal, o que acontecia com a maioria dos idosos da Alta, o que se traduzia em mudar de TV, ou comprar o aparelho da NOS, no valor de 28 € por cada TV. Lembrou a dificuldade de muitos idosos e instou para que o Município tomasse medidas, uma vez que as pessoas tinham retirado as antenas em troca de um serviço de que não poderiam usufruir mais;
- Alertou que, com os meses de verão e de calor, a frequente higienização dos contentores do lixo por forma a evitar acumulação de lixo e mau cheiro eram prementes. Também as vias públicas, nomeadamente passeios e jardins precisavam de manutenção por forma a se apresentarem limpos de ervas daninhas e lixo no chão, garantindo a imagem e qualidade de vida na cidade.

Intervenção da Deputada Municipal Helena Mendes (CDS-PP): [\(áudio 14:12 a 22:06 minutos 2ª gravação\)](#)

- Afirmou a diversidade e inclusão das festas da cidade. Dedicou uma nota especial de parabenização e reconhecimento ao enorme sucesso da Feira Popular, organizada pela Junta de Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas;
- Sublinhou a preocupação na articulação dos horários das festividades religiosas da Rainha Santa com a sessão solene do Dia do Concelho. Permitindo assistir às celebrações religiosas em honra de Santa Isabel e à sessão solene, “*assumindo-se (...) a desejável conjugação do religioso com o laico e o profano*”;
- Alertou para a desnecessidade de se encerrarem coercivamente, em alguns casos com recurso a forças policiais, esplanadas que em nada interferiam com a procissão, preferindo o contacto direto com o comércio afectado, ao invés, da publicação de informação genérica na comunicação social local;
- Assinalou, pela sua dimensão e impacto, outros eventos: a Partida e Prova Especial Cronometrada do Rally de Portugal, com mais de 20 000 espectadores, com organização, equipas e jornalistas a pernoitar na cidade. Um evento cujo retorno se afirmava muito superior ao investimento, que projectava a cidade e cumpria a tradição da região; JNation Conference 2022 que tinha reunido 900 participantes, também uma oportunidade para a cidade se abrir à comunidade do digital e se mostrar atrativa para investidores na área; Multisport Weekend Coimbra 2022, que contou com 1500 participantes de triatlo de várias nacionalidades, com plena ocupação hoteleira e imagens extraordinárias a quem assistiu; Campeonato do Mundo de Enduro em Souselas, a contar também como evento nacional, com mais de 100 pilotos e equipas inscritos e cerca de 10 000 espectadores, destacou o primeiro lugar alcançado por um piloto conimbricense na classificação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

para o evento nacional e para a participação de um número significativo de pilotos de Coimbra, reveladora do interesse local na modalidade;

- Abordou o transporte público e a *“pungente conferência de imprensa, a intervenções messiânicas na reunião de câmara e, até, a um texto de vitimização publicado no Campeão das Províncias, da autoria do Deputado Hernâni Caniço, pessoa que muito estimo, mas com quem não posso estar de acordo nesta matéria”*. Acusou a anterior administração dos SMTUC de não resolver nenhum dos graves problemas da estrutura autárquica municipal e ter deixado em legado uma cultura de organização assente na *“negligência, no laxismo e na desorganização”*;
- Instou na reestruturação dos SMTUC, em respeito pelo serviço público, pelos direitos dos trabalhadores, pelos utilizadores do serviço e pelos munícipes e contribuintes em geral, que asseguravam, com os seus impostos, o transporte público. Afirmou que protelar a reestruturação acrescentaria problemas aos existentes, só aproveitando os atores políticos em oposição e negação e, eventualmente, os dirigentes das estruturas sindicais e associativas estabelecidas nos SMTUC;
- Referiu, com especial orgulho e emoção, o deferimento da atribuição do nome do Professor Doutor Joaquim Norberto Pires à Av. Central do IParque, sob sua proposta, imediatamente aceite pelas Junta de Freguesia de Assafarge e Antanhol e de Santa Clara e Castelo Viegas e pela Câmara Municipal.
- Assinalou, por fim, o exemplo de democracia do Presidente da Câmara, por não ter hesitado em apor a sua assinatura no reconhecimento de uma pessoa que o tinha contestado vivamente.

Intervenção do Deputado Municipal Carlos Figueiredo (PSD): [\(áudio 22:28 a 29:45 minutos 2ª gravação\)](#)

- Apresentou-se como líder da bancada do PSD, por renúncia ao Mandato do Deputado Ricardo Lopes, a quem dedicou um abraço amigo e endereçou força para que o IParque se convertesse num verdadeiro motor de desenvolvimento económico e empresarial de Coimbra e da Região;
- Mencionou simultaneidade com o Congresso do Partido, que tinha consagrado uma nova liderança, geradora de esperança no PSD como oposição do governo. Avançou que, em Coimbra, o Presidente da Câmara contaria com o partido, para construir um futuro melhor, uma cidade e um concelho líder de uma região, capaz de criar a confiança e gerar as parcerias susceptíveis de nos colocar na dianteira do País;
- Enalteceu as Festas da Cidade que tinham registado um aumento relevante de visitantes ao Concelho e à Cidade, um cartaz muito diversificado, com uma dinâmica criada com a pluralidade de espaços em que aconteceram os eventos, que permitiu uma animação abrangente a toda a cidade;
- Destacou, nesse âmbito, o evento da Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra, na Ópera “Os Contos de Hoffmann”, de Jacques Offenbach, interpretada por alunos e professores e oferecida à cidade, com o apoio do Executivo no Convento São Francisco, aberto à comunidade e à promoção do ensino artístico;
- Prosseguiu com a Feira do Livro na praça Velha, espaço de excelência, concatenando as pessoas para a Baixa da Cidade, com mais de 5000 visitantes. Parabenizou o Executivo na pessoa do Presidente da Câmara e afirmou que seria um formato a repetir;
- Dirigiu-se ao Presidente da Assembleia Municipal, declarando a consciência das responsabilidades que impendiam sobre o seu grupo político, o empenho e dedicação para que os trabalhos fossem profícuos.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 30:11 a 38:09 minutos 2ª gravação\)](#)

- Referiu como exemplo de falta de espírito democrático a postura e as palavras do Presidente da Câmara nas última duas reuniões do Executivo, questionando directamente ao Presidente José Manuel Silva *“como pode vir dizer que este vereador ou esta vereadora mente sem um pingo de vergonha? (...) como pode dizer que os vereadores do PS desonram o seu partido? Quando é ele próprio que desonra, com a sua acção política, o bom nome de Coimbra”*;
- Contou o *“espetáculo”* de onze páginas lidas durante cerca de uma hora, numa encenação política protagonizada pelo Presidente, acusando -a de imprópria do cargo ocupado. Remeteu para a intervenção de Nunes da Silva, onde a saúde tinha sido criticada sem necessidade de *“chamar velhinha à Directora Geral*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

da Saúde como já o fez o Presidente da Câmara. Não deve esquecer (...) que o que diz não se projecta apenas na sua imagem, mas também na imagem de Coimbra”;

- Observou que na proposta de internalização dos SMTUC assinada a 6 de Junho de 2022 pelo Presidente da Câmara o pretendido era uma fusão dos SMTUC na Estrutura Organizativa da Câmara Municipal, que a ser executada os SMTUC deixariam de existir;
- Lembrou o programa da Coligação Juntos Somos Coimbra que na 17ª acção constava “*existência e valorização dos serviços dos SMTUC*” e deduziu, do confronto com a proposta de internalização que era “*mentira o programa*”;
- Refutou as declarações públicas que afirmavam a existência de 300 motoristas e 200 administrativos e garantiu que os administrativos não eram mais do que 35 e pelo menos metade estariam afectos aos serviços operacionais;
- O presidente do PSD de Coimbra em 11 de Abril de 2019, como líder de bancada na Assembleia propunha a construção de uma central de transportes na cidade na zona da Pedrulha que permitisse a instalação dos serviços municipalizados de transportes urbanos SMTUC;
- Dirigiu-se ao Deputado Carlos Figueiredo e à Deputada Helena Mendes e afirmou que a boa gestão era empresarial e não era burocrática;
- Recomendou humildade ao Presidente da Câmara para se retratar e pedir desculpa aos vereadores do Partido Socialista que no exercício legítimo do seu direito de oposição entendem que o “*Presidente José Manuel Silva ficaria na história por ter destruído serviço público de transportes urbanos de Coimbra*”;
- Pediu ao Presidente da Câmara que não ameaçasse os valores da democracia, não oprimisse a consciência cívica da oposição do PS e que tivesse presente que a liberdade individual é uma arma privilegiada de combate à mentira na vida pública.

Intervenção do Deputado Municipal José Simão (PSD): [\(áudio 38:30 a 43:13 minutos 2ª gravação\)](#)

- Agradeceu à Deputada Helena Mendes que tinha feito referência à Feira Popular com mais de 300 mil pessoas, com honras de RTP1 e lançamento do livro “*Rainha Santa na sua peregrinação a Santiago de Compostela*” no primeiro dia, para além da maioria dos artistas de Coimbra em palco
- Referiu-se à Intervenção do Público relativa ao Planalto do Ingote, dizendo que, desde 1951, que Santa Clara não tinha casas de habitação social e mostrou-se disponível para as receber na sua freguesia. Questionou o paradeiro da Orquestra do Planalto e respectivos instrumentos;
- Abordou a etapa do “*Rally*” em Santa Clara que tinha coincidido com as festas da academia e tinham rondado os 20 mil visitantes, beneficiando hotéis e restaurantes;
- Lembrou, por fim, que a “*Feira Popular de Coimbra*” tinha sido nomeada para as “*7 Maravilhas*” e tinha patente registada pelo próprio.

Intervenção do Deputado Municipal David Silva (PS): [\(áudio 43:29 a 49:16 minutos 2ª gravação\)](#)

- Louvou a postura e proximidade do Vereador Carlos Lopes, relativamente ao adiamento da concentração de motards organizada pelos Milhafres e pediu ao Executivo que apoiasse a associação, tendo em conta as despesas extraordinárias decorrentes do adiamento;
- Acusou o Presidente da Câmara de desaparecer e aparecer com estudos sobre a reestruturação orgânica, pagos pelo dinheiro dos munícipes e sem qualquer resultado para os interesses estratégicos da cidade. Lembrou que os estudos de 400 páginas deviam ter sido apresentados e discutidos junto dos partidos e da cidade e aludiu à não comparência dos vereadores do PSD e CDS na conferência de imprensa;
- Questionou a estratégia avançada para as despesas e receitas dos SMTUC, nomeadamente, conseguir diminuir as despesas mantendo tudo como estava e, ainda, diminuir encargos com pessoal, sem despedir ninguém e colocando todos no quadro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Perspectivou o transporte público gratuito como o futuro da cidade como tinha referido o Deputado Tiago Bolhão, investimento e verdadeiro motor de apoio e ação social para os trabalhadores, idosos, crianças e famílias;
- Observou que a feira do livro, com um valor acima dos cem mil euros, tinha tido 5 mil visitantes “*menos umas centenas de milhares do que a do José Simão e essa não apoiou, de certeza, com tanta intensidade*”;
- Lamentou o tratamento dado aos vereadores do PS em reunião de câmara “*essa forma completamente inaceitável e indigna nós não vamos aceitar! Com desrespeito para com os vereadores do PS, para com o Município (...) e os cidadãos*”, acrescentando que sequer os membros da coligação concordavam com o procedimento ou com a proposta apresentada;
- Alertou, que o Partido Socialista de Coimbra estava à espera do *email* com a documentação adequada e espírito de transparência. Predispondo-se, com todos os partidos, a levar propostas mais fundamentadas e com base de estudo mais profundo;
- Lançou o repto relativo à solução para os SMTUC até Setembro, aquando do regresso às aulas e declarou que o PS faria parte da mesma.

Intervenção do Deputado Municipal João Francisco (PSD): [\(áudio 49:44 a 51:32 minutos 2ª gravação\)](#)

- Respondeu à intervenção de Rui Mendes relativamente aos contratos das operadoras de televisão e garantiu que não seria possível manter os canais contratualizados em 1997 devido à instalação do 5G e de nova tecnologia por parte da NOS; Informou que qualquer televisão mais recente, a partir da sua reprogramação possibilitava o acesso aos canais, no caso das televisões antigas não era viável essa reconversão de canal, pelo que, confirmou, era preciso adquirir a box;
- Referiu que a Junta da União de Freguesias de Coimbra e a Câmara Municipal estavam atentas à problemática e garantiu que ninguém ficaria privado de televisão por incapacidade financeira.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 51:44 a 56:17 minutos 2ª gravação\)](#)

- Lembrou que José Manuel Silva enquanto Vereador no último Mandato tinha feito várias denúncias ao Tribunal de Contas, porque entendia que não deviam ser nomeados trabalhadores dirigentes sem concurso apropriado para o efeito. Contou que, actualmente, estavam providos, sem o devido procedimento, pelo menos 6 cargos: Gabinete de Auditoria; Divisão de Contraordenações entre outros, questionando assim se se tratava de mera incoerência ou se admitia a necessidade de quem lidera de nomear de imediato os cargos;
- Assumiu-se como utilizador frequente das margens do Rio Mondego e remeteu para zonas que careciam de intervenção autárquica imediata, designadamente, junto ao Exploratório e armazéns de desportos náuticos. Alertou para a realização de festas cujos resíduos permaneciam a céu aberto nos dias seguintes, inclusivamente lesionando os pés de alguns dos desportistas. No mesmo sentido, denunciou os mergulhos efectuados directamente da ponte pedonal apelando ao reforço da acção de fiscalização para que as pessoas pudessem usufruir do rio Mondego com qualidade;
- Solicitou esclarecimentos relativamente à informação disponibilizada à Assembleia Municipal, nomeadamente, dizendo que no dia 18 de Maio a Câmara tinha pedido audiência à Ministra da Justiça com intuito de apresentar uma proposta de localização no antigo Quartel-General na Rua Antero Quental para o novo Tribunal Central Administrativo para a região Centro.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Encerrou o “Período de Antes da Ordem do Dia”, informando que os trabalhos se encontravam com um atraso de 15 minutos;
- Cedeu a palavra ao Presidente da Câmara para iniciar, como normalmente, o Período da Ordem do Dia.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Câmara

- Informou que tinham apresentado a recuperação da Casa de Jaime Cortesão em S. João do Campo ao *PT 2030*, esperando que o financiamento se confirmasse;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Disse que queriam continuar a aprofundar a descentralização das Câmaras Municipais, discordando com medidas aplicadas de forma generalizada a todo o país e incitando a balizagem de regras com abertura de margem de decisão responsável pelas Câmaras Municipais;
- Reiterou o que tinha dito relativamente ao incidente com os equídeos na Procissão da Rainha Santa, esclarecendo que não tinha sido a Câmara Municipal a organizar e que se tinha tratado de um mau direccionamento de agentes que não conheciam Coimbra. Lembrou que as obras da Praça 8 de Maio remontava a imputou a responsabilidade das obras da Praça 8 de Maio ao Executivo Socialista, porque não lhes era permitido alterações sem a confirmação do projectista;
- Confirmou que existia muito a fazer no sector da saúde, pelo que se tratava de um Departamento com mais preponderância incluindo na proposta de reestruturação apresentada;
- Anunciou que a obra do *Mercadona* iria avançar porque se encontravam obrigados pelo *PIP*, aprovado, definitiva e irrevogavelmente, pela Câmara anterior. Lembrou que a CDU também estava representada no Executivo do mandato anterior;
- Remeteu os esclarecimentos relativos à operadora de televisão na Alta à intervenção do Presidente de Junta da União de Freguesias de Coimbra, confirmando que havia pouco a fazer porque o protocolo com a TVCABO Mondego tinha sido assinado em 1997 e a modernização das tecnologias acarretava consequências que seriam acauteladas a quem não conseguisse, pelas mais variadas razões, acompanhar a evolução tecnológica;
- Declarou que tinha assistido a um acto de menorização da Feira do Livro que respeitava
- Registou um deputado da bancada socialista a afirmar que a boa gestão era empresarial não era burocrática, *“nunca tinha visto um Socialista a condenar desta maneira a gestão pública”*. Observou que não poria o modelo de gestão público a baixo do empresarial, sendo modelos diferentes de gestão, cada um com a sua missão, atribuindo qualidades e problemas a ambas;
- Referiu a festa ilegal da margem do rio e o apelo a policiamento permanente da Ponte Pedro e Inês e avançou que o Vereador do Desporto não tinha tido reclamações por parte dos armazéns de desporto ali sediados, mostrando, de qualquer forma, preocupação com a manutenção da limpeza na cidade;
- Esclareceu que as margens do rio constituíam responsabilidade da APA e do Governo, apelando ao Governo Socialista que limpasse as margens do Mondego. Lembrou, a propósito, que tinha sido o anterior Executivo que tinha recusado participar na compra de equipamentos contra as algas e infestantes, promovida por vários concelhos banhados pelo rio Mondego;
- Parabenizou a Junta de Freguesia da União de Santa Clara e Castelo Viegas pelo êxito da Feira Popular, à semelhança das que tinha visitado que também tinham sido um êxito à sua dimensão. Mostrando-se disponível para apoiar de forma equitativa as feiras organizadas no concelho, sugeriu integrar a Feira Popular nas Festas da Cidade numa colaboração dentro do limite de possibilidades da Câmara Municipal. Destacou o único hotel 5 estrelas, o Convento São Francisco e a Bienal de Arte Contemporânea, como pertencentes à margem esquerda do Mondego e afirmou que o principal investimento em cultura se expressava na margem esquerda;
- Contou mais de 5 mil visitantes num universo de famílias jovens na Feira do Livro, evento cultural resultante de uma parceria entre as Divisões de Cultura e Promoção Turística da CPT e de Bibliotecas e Arquivo Histórico BAH da Câmara Municipal dispositivo espacial de 40 stands no limite máximo possível para o recinto atendendo às condições de segurança em termos de circulação pedonal, entrada e saída de viaturas de emergência e 47 participantes. Informou que o evento tinha acolhido os principais grupos editoriais nacionais, bem como editoras, livreiros e alfarrabistas de Coimbra, com as mais diversas temáticas,
- Disse que a maioria dos expositores, quando interpelados pela organização, tinham reportado um aumento efectivo de venda de livros, manifestando agrado com a nova localização física, com a comunicação e programação associada com algumas sugestões construtivas para 2023
- Informou que os espetáculos com reconhecidos artistas nacionais tinham apresentado sempre lotação esgotada, bem como apresentações e debates em torno do livro, cidadania ou políticas territoriais. Assinalou a iniciativa infantojuvenil organizada pela Divisão da Biblioteca Municipal com a colaboração da *“Cooperativa Bonifrates”* e do colectivo *“declamar poesia”*, num formato inédito e muito elogiado pelos intervenientes;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Acrescentou ainda o espaço para promover a economia circular e a sustentabilidade através do “Projecto *Book in Loop*”;
- Registou que em termos económicos os níveis de procura por parte dos visitantes, nomeadamente de cafés e restaurantes tinha vindo a traduzir-se num incremento da receita dos estabelecimentos sediados na praça do comércio, com a manutenção de esplanadas e o número habitual de lugares;
- Anunciou que em 2023 a Feira Popular se iria estender a outras artérias e lugares da baixa de modo a envolver mais agentes, dinâmicas e contextos, mantendo o epicentro na Praça do Comércio;
- Agradeceu, em nome da Câmara Municipal, aos seus colaboradores e respectivos serviços pela dedicação e profissionalismo, às entidades externas que tinham apoiado e patrocinado o certame e aos comerciantes locais;
- Remeteu para a última reunião da Câmara em que tinham apresentado a proposta para a futura organização dos serviços da autarquia, entretanto retirada para aprofundar o diálogo e cuja principal alteração era a internalização dos SMTUC, mantendo intacto o serviço público de transportes urbanos e preservando todos os direitos e deveres dos trabalhadores devidamente protegidos na lei;
- Esclareceu que a fusão de serviços consistiria na criação de uma Unidade Orgânica especificamente para o exercício de competências na área da mobilidade, trânsito e transportes;
- Aludiu a gestão pública rigorosa e ao artigo 266º/1 da CRP que fundamentavam a apresentação da proposta a reunião com a Comissão de Trabalhadores dos SMTUC com o SINTAP, STAL e STRUP a quem tinham confirmado todas as garantias que lhes tinham sido solicitadas;
- Destacou as áreas instrumentais como Recursos Humanos, Serviços Financeiros, Contratação Pública, Serviços de Informática, Jurídicos e outros com tarefas distribuídas internamente pelas unidades orgânicas competentes da autarquia, assim como os recursos técnicos e humanos disponíveis;
- Advertiu que apesar de assumirem uma organização autónoma, os serviços municipalizados integram a estrutura organizacional do município não obstante a existência de orçamento próprio anexado ao orçamento municipal onde se inscrevem mais despesas e receitas dos serviços municipalizados. Acrescentou que também as contas dos serviços municipalizados estavam consolidadas nas contas do município, com as perdas que resultassem da operacionalização do serviço público cobertas pelo orçamento municipal, bem como os eventuais resultados positivos e negativos também seriam pertença municipal;
- Observou que o relatório de contas dos SMTUC relativo ao exercício de 2021 e aprovado em Assembleia Municipal no dia 7 de Fevereiro de 2022 em que os SMTUC se tinham deparado com um conjunto de graves problemas financeiros que almejavam ultrapassar. Recordou que o ano de 2021 tinha fechado com o resultado operacional negativo de 84 800 euros conseguido com reforço do subsídio à exploração em quase 1,9 milhões de euros. Rendimentos Operacionais tinham permitido cobrir apenas 36,2 % dos gastos operacionais que em 2021 tinham aumentado 8,8%. Informou que o défice financeiro e a fragilidade do sistema eram evidenciados com a receita de bilheteira do transporte de passageiros que representava apenas 25,2% dos proveitos globais. Relatou que o efectivo dos SMTUC tinha atingido os 504 trabalhadores e os custos com pessoal representavam 54, 4% do total dos gastos operacionais dos serviços o que, comparativamente a outras estruturas de transportes públicos e privados revelava excesso de funcionários para responder às competências assumidas. Funcionários a serem integrados e valorizados na estrutura da Câmara Municipal;
- Aludiu à perda massiva de passageiros fruto da pandemia e agravada pelo risco premente de extinção de programas de financiamento governamentais, criados para compensar perdas de receita associadas a transportes essenciais, acelerava a necessidade de adopção de medidas urgentes que salvaguardando a resposta social dos transportes que se impõe ao Município, permitia, também, mitigar os problemas elencados e garantir a sustentabilidade económica dos SMTUC numa estratégia global de melhoria do trânsito, transportes e mobilidade no concelho de Coimbra e captação de novos utilizadores;
- Lembrou que tinha dado vários exemplos de disfuncionalidade de gestão dos SMTUC na última reunião da Câmara, revelou ainda que apesar do Conselho de Administração ter aprovado a adjudicação e a minuta do contrato na reunião de nove de junho para a manutenção do ar condicionado, o contrato continua por assinar e a responsabilidade não é do conselho de administração;
- Mencionou que otimizar a reorganização dos serviços numa gestão conjunta de recursos humanos entre os SMTUC e a Câmara Municipal, com redução de custos da estrutura fixa potenciando a reafecção de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- funcionários a serviços da Câmara, actualmente, deficitários. Agilizar procedimentos burocráticos e processuais, uma vez que os SMTUC, não tendo personalidade jurídica não podiam assumir direitos e obrigações; reforçar competências técnicas dos serviços criando massa crítica em matérias como recursos humanos, procedimentos concursais, apoio jurídico e informático; garantir a devida articulação entre vários modos de transportes urbanos, na implementação e concepção de estratégias e políticas de mobilidade e gestão de sistema de estacionamento e controlo de tráfego, agilizar a articulação do município com as diferentes entidades intervenientes nas políticas de mobilidade e transportes, designadamente, Metro Mondego SA, CIM- RC e com a entidade de gestão do sistema intermodal da região de Coimbra em fase da constituição ao abrigo do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros;
- Previu que os procedimentos necessários à transferência de competências dos serviços dos SMTUC para os serviços municipais, incluindo recursos humanos seriam implementados com a participação das estruturas representativas dos trabalhadores;
 - Enunciou como grande objectivo da macroestrutura apresentada adaptar a orgânica dos serviços municipais aos novos desafios do concelho e as linhas estratégicas do actual Executivo, como resposta à dinâmica de desenvolvimento económico social e cultural que o Executivo começava a imprimir à cidade e que os serviços municipais deviam acompanhar . com o surgimento de novas áreas de desenvolvimento económico, empreendedorismo, competitividade e investimento, ambiente e sustentabilidade com reforço de competências nas áreas da educação, desporto, juventude e turismo, relevou a saúde, igualdade e inclusão social, gerontologia e envelhecimento estavam previstas na nova organização flexível;
 - Afirmou que a solução adoptada visava a flexibilização do aparelho administrativo municipal, respondendo com flexibilidade e oportunidade às exigências e prossecução das atribuições municipais e pela dinâmica socio- económica envolvente;
 - Referiu que o Regulamento de Organização dos Serviços proposto visava adequar a estrutura dos serviços municipais aos objectivos estratégicos nomeadamente no departamento de desenvolvimento económico, empreendedorismo, competitividade e imperiosa necessidade de atracção de investimento, criação de emprego;
 - Disse que a criação de uma unidade orgânica nuclear especificamente dedicada ao ambiente e à sustentabilidade, com competências em matéria de alterações climáticas, energia e descarbonização, economia circular e protecção ambiental justifica-se com os objectivos plasmados na Agenda 2030;
 - Realçou as áreas da educação desporto e juventude que requeriam uma abordagem mais eficiente para melhorar o serviço público prestado aos munícipes;
 - Atendeu ao Turismo que exigia uma estratégia própria por parte da Câmara Municipal
 - Esclareceu que para além das 18 unidades orgânicas nucleares, mais duas do que o número de unidades nucleares que existiam anteriormente considerando os SMTUC, tinham fixado o número máximo de 50 unidades orgânicas flexíveis de 2º Grau e 3 unidades orgânicas flexíveis de 3º Grau, 2 Subunidades Orgânicas e 2 Equipas de Projecto. Acrescentou que o Departamento Jurídico, que pretendiam reforçar a capacidade de resposta, seria incluído no Departamento da Administração Geral no sentido de uma gestão rigorosa da estrutura e da despesa camarária com recursos humanos. Reiterou que a Polícia Municipal, em termos de recursos humanos e remunerações já era um Departamento, pelo que se mantinha exactamente igual;
 - Reputou a proposta de extremamente importante para o futuro da Câmara Municipal de Coimbra, pelo que cada um assumia as suas responsabilidades.

***Intervenção do Deputado Municipal Jorge Almeida (CDS-PP):* [\(áudio 28:16 a 30:27 minutos 3ª gravação\)](#)**

- Declarou que o CDS-PP concordava com a decisão de não adesão ao Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves, considerando, no entanto, que o investimento na Cultura e a sinergia que gerava com o Turismo carecia de maior dinamização, pelo que apelavam à criação de uma dinâmica cultural mais activa, nomeadamente, em exposições de arte contemporânea pelo potencial de atratividade que acresceria à cidade;
- Afirmou o investimento cultural como catalisador económico de uma região, tomando de exemplo o Museu Guggenheim em Bilbao, inaugurado em 1997 ultrapassava os 20 milhões de visitantes, dos quais 2/3 eram estrangeiros, numa cidade de mais de 300 mil habitantes. Avançou que actualmente o museu gerava mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

de 400 mil visitas anuais, com um custo de manutenção de 9 milhões de euros por ano, mas gerava 659 milhões de euros em impostos para a região com autonomia fiscal;

- Reiterou que, para a bancada do CDS-PP, a Cultura devia ter um papel central na afirmação de Coimbra no país e na Europa, tornando-se mais atractiva para o turismo e subsequente criação de riqueza, capaz de ser a capital de uma futura região metropolitana, que se afirme pelo conhecimento, pela investigação, mas também pela Cultura.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Soares (NC): [\(áudio 30:54 a 34:24 minutos 3ª gravação\)](#)

- Enfatizou o evento mundial de Enduro na União de Freguesias de Souselas e Botão e manifestou enorme orgulho no que tinham alcançado, levando a sua freguesia e o concelho “*aos quatro cantos do mundo*”;
- Contou que a prova tinha passado por Brasfemes, Trouxemil e Torre de Vilela, Eiras e São Paulo de Frades e garantiu que só tinha sido possível com o actual Executivo;
- Informou que a prova vinha directamente da Suécia para Souselas e Botão, assumindo o risco de, saltando a Prova da Europa, assumir logo a Prova Mundial;
- Agradeceu à família cação e referiu o momento especial que tinha vivido na entrega dos prémios
- Apelou à delegação nas freguesias para que tivessem mais oportunidades e remeteu para a sua intervenção em 2014 reivindicando mais investimento na periferia.

Defesa da Honra do Deputado Municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 34:35 a 37:13 minutos 3ª gravação\)](#)

- Pediu à *Mesa* que relevasse a intervenção porque tinha feito pedido de *Defesa da Honra* no Ponto anterior.
- Reconheceu respeito pessoal e institucional ao Presidente da Câmara, mas advertiu que não admitia que lhe imputasse “*o que veio demagógicamente acenar: quem se referiu a um Estado Policial foi o Senhor!*”;
- Referiu que cabia ao Presidente responder às questões e sugestões que a Assembleia lhe propunha e não ofender ou criar falsos testemunhos;
- Apontou a desresponsabilização do Presidente da Câmara alegando sempre competência do Governo ou da APA e registou a inexistência de resposta às nomeações em regime de substituição que tanto criticava na oposição.

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 37:27 a 43:54 minutos 3ª gravação\)](#)

- Endereçou um abraço a Ricardo Lopes que tinha estabelecido laços de grande cordialidade na Assembleia;
- Confirmou as óptimas relações entre o Conservatório de Música de Coimbra, o Convento São Francisco e a Câmara Municipal aludidas por Carlos Figueiredo;
- Respondeu a José Simão informando que os instrumentos da Orquestra do Planalto estavam à guarda do Conservatório de Música de Coimbra, devidamente inventariados, para uso dos jovens músicos da cidade e inteiramente à disposição da Câmara Municipal, assim, que houvesse necessidade de outra utilização;
- Alertou que não era consequência da Guerra na Ucrânia o declínio de Coimbra, a desregulação dos mercados da habitação, ofensa ao transporte público com o metro da Lousã, a desorganização urbanística e destruição do tecido produtivo, a expulsão dos jovens quadros que o actual executivo se propunha vir a fixar, a descentralização e transferências de competências que acumulava nos municípios as responsabilidades declinadas pelo Estado Central, dependências alimentares e energéticas que as sanções de Bruxelas enfatizavam;
- Referiu que a CDU tinha vindo a fazer parte dos Executivo dos últimos mandatos e que, sem pressões aos seus eleitos, tinha sempre pugnado pela solução conjunta para o concelho com muito potencial, pelo que acompanhavam a intenção de melhorar serviços, robustecer tecido empresarial, consolidar o papel de Coimbra na região, mas também defendiam a parte contrária, como a Estação A, essencial para os seus utilizadores e vital para a Baixa e contestavam “*a ditadura do Metro Mondego*”;
- Saudou, no âmbito do início das comemorações dos 100 anos da Biblioteca Municipal, o regresso da feira do livro enquanto evento autónomo na cidade de muitas e valiosas bibliotecas. Reforçou a importância do livro na partilha de conhecimento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Reiterou a ideia de que a Baixa não seria vivificada sem habitantes e que Coimbra dos eventos não podia ser diferente de Coimbra do diga-a-dia. Recorreu às palavras de Gonçalo Quadros, aquando das celebrações do dia da cidade, *“precisa, desde logo, mais do que celebrar os seus heróis que já fizeram caminho, celebrar os seus heróis que ainda não fizeram caminho”*;
- Saudou a iniciativa de adiamento da votação da proposta de internalização dos SMTUC cujo serviço se via afectado, muitas vezes, por medidas de âmbito nacional e municipal que tinha enfraquecido o património e o potencial de operários ou motoristas. Revelou interesse nas discussões em curso com trabalhadores, figuras representativas, partidos e demais parceiros apelou, por isso, à mobilização de todos.

Intervenção do Deputado Municipal José Simão (PSD): [\(áudio 44:16 a 45:28 minutos 3ª gravação\)](#)

- Agradeceu a informação prestada por Manuel Rocha, relativamente aos instrumentos musicais;
- Questionou se ao Presidente da Câmara dividiria a Feira Popular ou se ajudava com uma parceria, manifestando, desde logo, satisfação com a segunda opção.

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 45:44 a 48:57 minutos 3ª gravação\)](#)

- Lamentou que o Presidente da Câmara imputasse o que era tutela do governo ao Partido Socialista e perguntou se não se sentia suficientemente legitimado para dialogar com o governo e com a APA;
- Reforçou o que o CpC tinha declarado em comunicado à imprensa, que não aceitava que o problema dos SMTUC se contornasse com uma solução gestionária, ao invés, promoveu uma estratégia política que incluísse uma gestão firme, competente e pública. Nomeadamente, aumentar a procura, com metas e prazos definidos, posicionar o serviço no centro dos compromissos sociais, pelo bem-estar dos cidadãos, e no centro dos compromissos ambientais, por uma cidade em que todos confiassem e aderissem à mobilidade coletiva. Preveniu que os trabalhadores dos SMTUC não podiam ser encarados como parte do problema, mas como parte da solução;
- Referiu-se à margem esquerda da cidade que, além do planalto do Ingote, também tinha sido deixada na periferização. Lembrou que o CpC perguntava reiteradamente pela Via estruturante Santa Clara - S. Martinho, inscrita nas Grandes Opções do Plano *“como fantasma”*, inclusive tinham promovido um debate, com a presença da Vereadora Ana Bastos, que tinha mostrado compreender a importância da obra, pelo que questionava se existia vontade para avançar para a solução.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 49:43 minutos 3ª gravação a 00:37 minutos 4ª gravação\)](#)

- Dedicou uma palavra a Ricardo Lopes por ter sido investido de novas funções;
- Acusou o Presidente da Câmara de se multiplicar em declarações públicas, diminuindo os antecessores e minimizando o seu trabalho e contando 20 anos de atraso que se propunha recuperar;
- Afirmou que as declarações do Presidente da Câmara constituíam *“uma desonra e até ingratidão”* para a maioria dos abnegados Presidente da Câmara: Carrington da Costa, Judite Mendes de Abreu, António Moreira e Luís Mendes Silva;
- Instou na injustiça das declarações para com Carlos Encarnação e Barbosa de Melo e Manuel Machado que tinham promovido obras e desenvolvimento estruturante, as circulares interna e externa, estádios, piscinas, pontes, IParque, Parque Verde, Convento de São Francisco, Hospital Pediátrico, na Baixa da cidade, a requalificação da Avenida da Guarda Inglesa e João das Regras, o Parque de estacionamento junto ao Estádio Universitário, as vias pedonais e cicláveis que envolvem o Mondego, sobretudo da margem esquerda do Mondego e da Ponte do Açude, a Via Central e canal para o *MetroBus* que está em obra, a requalificação da Avenida Fernão de Magalhães e Rotunda da Princesa Cindazunda, o túnel do Choupal, o Terreiro da Erva, a renovada Praça do Comércio;
- Reportou que em 9 meses de governação municipal, e até ao momento, não era visível benefício devidamente estruturado e projectado para o futuro que tinha prometido no programa e citou *“visão estratégica para coimbra (...) a cidade mais vibrante de Portugal”*;
- Apontou como melhor obra do Mandato a alteração da designação do espaço da Antiga Igreja do Convento de São Francisco, que outros tinham projectado e construído, para sala D. Afonso Henriques;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Abordou o incidente dos Cavalos da GNR na procissão e contestou as afirmações antecedentes do Presidente da Câmara dizendo com a cláusula nº 3 que o protocolo assinado dispunha “ *garantir os serviços da GNR, cavalo, cavaleiro para fazer a guarda de honra da imagem da Rainha Santa, assim como a contratação do respectivo seguro de responsabilidade civil e passeadeiras para acesso dos cavalos à Praça 8 de Maio* ”;
- Tomou de exemplo, no âmbito do Programa Eleitoral, a acção nº 16, sobre a rotunda do Almegue: “ *Intervir rapidamente para resolver alguns dos pontos de congestionamento que permitem soluções rápidas, como a rotunda do Almegue...* ” e quando estava na oposição, a Senhora Vereadora Ana Bastos na sessão de Câmara de 27.11.2017 disse, como está escrito na respectiva Acta “ *a solução (...) é a implementação de uma semaforização, solução acessível em termos económicos e que permite mitigar os problemas verificados.... Independentemente da entidade que tem a jurisdição* ”;
- Contactou, por fim, “ *não há nenhum semáforo na Rotunda do Almegue e não sabemos se algum dia vai ter.* ”. Dirigiu-se à Vereadora Ana Bastos, com poderes de gestão, visão lúcida do concreto e com a tutela do Departamento de Mobilidade e perguntou “ *não teve ainda capacidade para semaforizar a rotunda do Almegue. Verdade?* ”;
- Prosseguiu com outra proposta não concretizada e passou a citar a declaração de voto do Somos Coimbra relativa ao Orçamento para 2019 “ *passar os motoristas dos SMTUC de assistentes operacionais a assistentes técnicos (...)* ” e, no mesmo sentido, a mesma promessa constava das declarações de voto do Orçamento para 2020 e 2021 “ *motivação dos motoristas dos SMTUC através de uma remuneração/gratificação justa* ”;
- Recomendou que e independentemente de quem teria a jurisdição da Rotunda Almegue, colocassem os semáforos, “ *solução acessível economicamente e rápida, como disseram* ” e que honrassem as suas palavras escritas em Acta de Câmara para motivarem os motoristas dos SMTUC com a remuneração e gratificação justa que lhes tinham prometido;
- Lembrou toda a valorização da Baixa de Coimbra levada a efeito nos mandatos anteriores, com as obras descritas, desde o Parque Verde até à Ponte Açude do Mondego e do Convento de São Francisco até à renovada Praça do Comércio. E terminou questionando para quando o início do dito *Plano Marshall* para a Baixinha que repetidamente tinha prometido.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Cedeu a palavra ao Presidente da Câmara para encerrar o debate dos Grupos Políticos.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal

- Corrigiu o lapso e esclareceu que não queriam levar a Feira Popular para a Praça do Comércio;
- Reforçou as reivindicações que reiterava junto do governo que se coadunavam com as responsabilidades próprias do Estado Central. Rejeitou acusações que não eram obrigações da Câmara Municipal e continuariam a dirigir as responsabilidades aos seus destinatários “ *cada um assume as suas responsabilidades, nós assumimos as nossas* ”;
- Dirigiu-se ao Deputado Municipal Ferreira da Silva recomendando-lhe que lesse o protocolo todo, justificando que o que a Câmara se tinha comprometido a fazer, era apoiar financeiramente a confraria para garantir em determinadas circunstâncias para a realização da Procissão que, pelo protocolo, a Câmara Municipal de Coimbra tinha atribuído um serviço financeiro no montante de 20 400 euros para despesas inerentes à logística implícita na organização das iniciativas referidas na Cláusula 1 “ *Realização da Procissão da Rainha Santa no âmbito das Festas da Cidade* ”;
- Salientou que uma das iniciativas da Confraria era garantir os serviços da GNR Cavalo-Cavaleiro para fazer Guarda de Honra. Elucidou que a Câmara tinha financiado o conjunto de iniciativas, sendo a responsabilidade da Confraria que não tinha assegurado o reconhecimento do local pelo serviço da GNR.

2. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2021 do Município de Coimbra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Apresentou o *Ponto 2* da Ordem de Trabalhos, referindo que os documentos de prestação de contas do grupo municipal vinham acompanhados do Relatório de Contas das Águas de Coimbra, do IParque e da Prodeso;
- Informou que o Parecer do Auditor Externo, remetido ao Presidente da Assembleia como definia a lei, revelava, com clareza, que o Relatório de Gestão consolidada, as Demonstrações Financeiras e as Demonstrações Orçamentais consolidadas satisfaziam de forma geral as disposições legais.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC): [\(áudio 07:41 a 10:24 minutos 4ª gravação\)](#)

- Aludiu à responsabilidade colectiva no uso adequado, criterioso e responsável de água cujo custo incluía o necessário serviço público associado às condições indispensáveis. Advertiu, no entanto, que o cidadão pagava mais do que o preço justo, uma vez que contemplava cerca de 30% de desperdício devido a má manutenção da rede, incúria e abusos criminosos;
- Imputou às Águas de Coimbra a responsabilidade de otimizar os serviços de distribuição de água, contrapondo “*com a irracional e ineficiente mistura de águas residuais com águas pluviais que oneram absurdamente o custo do tratamento de águas residuais, que é pago por todos nós de modo cego na fatura da água (...) Não faz sentido faturar de modo cego o tratamento de resíduos juntamente com a conta da água!*”;
- Verificou que o ITAP vinha a perder alunos todos os anos e a falta de mão de obra profissional qualificada devia ser um mercado mais explorado pelo ITAP, procurando parcerias estratégicas com outras escolas profissionais e com o ensino politécnico e servindo quem ansiasse inclusão laboral.

Intervenção da Deputada Municipal Margarida Pocinho (CDS-PP): [\(áudio 10:53 a 14:37 minutos 4ª gravação\)](#)

- Apresentou a análise do CDS que, identificando as empresas que constituíam o perímetro de consolidação, diferenciando e quantificando as percentagens, tinha verificado que os indicadores confirmavam a estabilidade financeira do município, baixa dependência de financiamentos externos, património líquido como principal fonte de financiamento do ativo e grande capacidade de solver dívidas;
- Reconheceu o elevado contexto de incerteza associado às medidas de apoio, tanto na resposta aos efeitos diretos da pandemia num primeiro momento, como aos efeitos indiretos de baixo consumo, desemprego, falências, desinvestimento, moratórias. Acrescentou o contexto de incerteza associado ao aumento dos preços da energia em geral e dos combustíveis em particular, face à guerra na Ucrânia que perspectivou com impacto negativo superior ao provocado pela pandemia;
- Atendeu ao aumento do salário mínimo nos custos com o pessoal e indexados e o aumento nos valores dos materiais de construção que fariam disparar os preços das obras incumpridas anteriormente. Alertou que os projetos e respetivas aprovações não tinham sido suficientes, eram necessárias as transferências de dinheiro para os executar;
- Sublinhou o rigor das contas e do Relatório de Prestação de Contas Consolidadas, que só poderiam merecer a aprovação da Assembleia, uma vez que estava em causa um dos anos mais difíceis da história recente.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 14:55 a 19:32 minutos 4ª gravação\)](#)

- Retomou o preço da água aludido por João Malva justificado com o imprevisto de uma dívida de 20 milhões de euros, ao invés de equilíbrio de exploração. Lembrou que ambas tinham estado na Assembleia e na Câmara Municipal. Remeteu para a Sessão de 28 de Fevereiro de 2020 onde tinha sido aprovada uma Recomendação à Câmara para não pagar às águas do centro litoral a facturação dos anos 2016 a 2019, porque entendiam que estavam a facturar a mais, pelo que recorreram a depósito liberatório junto da Caixa Geral de Depósitos. Anunciou como sendo do conhecimento público, pelo que não era legítimo alegar desconhecimento;
- Referiu, ainda, que na reunião de Câmara de 18 de Junho de 2021, também tinha sido apresentado e aprovado o protocolo, homologado judicialmente, entre as Águas de Coimbra e as Águas Centro Litoral;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Citou a informação distribuída aos deputados relativa às contas de gerência “em 30 de Junho de 2021 o Saldo de Caixa e de Depósitos Bancários ascende a cerca de 25 milhões de euros (...) saldo será utilizado na sua quase totalidade durante o terceiro semestre do corrente ano para cumprir o estipulado na cláusula 2ª Pagamentos e 3ª Determinação de Volumes e Caudais, Anexo I da transacção acordada com as Águas do Centro Litoral”, aprovada na Câmara e na Assembleia onde tinham estado presentes
- Instou na falta de justificação para imputar o aumento do preço da água a uma dívida inexistente de 20 milhões de euros.

Intervenção do Deputado Municipal Paulo Lopes (CDU): [\(áudio 20:56 a 24:49 minutos 4ª gravação\)](#)

- Pronunciou-se quanto à gestão passada da Empresa Municipal IParque, expressa no Relatório e Contas 2021. Referiu a inacessibilidade a informação para além da disponibilizada e apontou a falta de informação no sítio da *Internet*, nomeadamente, Estatutos, Plano de Prevenção da Corrupção e Riscos de Gestão, lembrando, a propósito, que o artigo 43º da Lei 50/2012;
- Questionou a transparência de acção da Empresa Municipal e assinalou como situação a reverter. Mencionou que a cafetaria no Edifício Da Vinci nunca tinha aberto e detalhou que a composição accionista ainda era integrada pela Associação Comercial e Industrial de Coimbra insolvente;
- Reconheceu que o anterior Conselho de Administração tinha conseguido um perdão de dívida junto do BES – Novo Banco, que tinha permitido a diminuição da dívida bancária do IParque, numa situação, ainda assim, preocupante porque o Saldo de Tesouraria se revelava insuficiente para as necessidades de curto prazo;
- Observou os valores a 31 de Dezembro de 2021, o Saldo de Caixa com 188 000 euros, ressalvando que a 5 de Maio, aquando da tomada de posse do novo Conselho de Administração revelar-se-ia inferior; a Dívida de Clientes a Receber atingia os 140 000 euros; a Dívida a Fornecedores, excluindo a dívida à Câmara Municipal de Coimbra, no valor de 242 mil euros perfazia o Saldo de 166 000 euros ou de 408 000, se se considerasse a dívida à Câmara Municipal; os Custos Fixos Médios Mensais de 19 000 euros; Liquidação de Empréstimo Bancário de médio/ longo prazo, a decorrer, 108 000 euros. Abatendo ao saldo de caixa à dívida a fornecedores sobravam 22 000 euros, por sua vez, correspondentes, na prática, ao custo mensal para funcionamento do IParque; o valor a receber de clientes correspondia com o valor a regularizar de empréstimo, pelo que os valores apresentados na tesouraria eram praticamente nulos, concluindo, assim, que a capacidade de tesouraria se revelava deficitária;
- Detectou, ainda, um erro ao Relatório e Contas, uma vez que apontava provisões no valor de 250 000 euros, quando os processos judiciais em curso ascendiam a 243 000 euros, respeitantes a processos de IRC 172 000 euros e processo de execução do IVA de 651 000 euros ;
- Resumiu que eram aspectos a trabalhar o particular financeiro, a viabilização da empresa municipal e outros de gestão corrente, importando o papel do novo Conselho de Administração para o desenvolvimento e sucesso do IParque.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal

- Comentou as intervenções e confirmou o desperdício de água que para ser anulado tinha de ser feito um grande investimento na rede, para o qual precisavam de financiamento, designadamente, impostos dos contribuintes e algumas candidaturas a financiamento europeu, concluindo que para poupar era preciso investir daí a necessidade óbvia de actualizar, não o preço da água, mas a tarifa variável das águas residuais com critérios sociais, para o funcionamento de uma Empresa Municipal. Acusou o PS de quase pôr em causa a sobrevivência das Águas de Coimbra, porque se mantivessem o tarifário em vigor, sem nenhuma actualização e com os gastos previsionais para 2022 a Empresa Municipal teria um resultado operacional negativo de 2.093 000 euros que com os efeitos da guerra da Ucrânia o desequilíbrio do aumento de custos de materiais nas obras da energia e dos combustíveis repercutir-se-ia nas contas;
- Avançou que, relativamente ao ITAP, era preciso melhorar muito a sua gestão, anunciando que as contas do ITAP só tinham sido aprovadas à terceira tentativa “*porque traziam erros de palmatória de somar e de subtrair*”. Destacou o potencial das áreas de formação, nomeadamente, na mecânica de pesados. Admitiu que tinha vindo a perder alunos por má gestão, como se reflectiu no relatório de contas que continha erros primários.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 26/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2021, relativas ao grupo municipal do Município de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

2.1 Relatório e Contas 2021 da AC, Águas de Coimbra, E.M.

A Assembleia Municipal de Coimbra *tomou conhecimento* do Relatório e Contas 2021 da AC, Águas de Coimbra, E.M.

2.2 Relatório e Contas 2021 e Relatório de Atividades e Orçamento 2022 – Iparque

A Assembleia Municipal de Coimbra *tomou conhecimento* do Relatório e Contas 2021 e do Relatório de Atividades e Orçamento 2022.

2.3 Relatório de Contas 2021 – Prodeso

A Assembleia Municipal de Coimbra *tomou conhecimento* do Relatório de Contas e de Gestão de 2021 – ITAP/PRODESO- Ensino Profissional, Lda.

3. Proposta de Internalização dos SMTUC nos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Coimbra e Reestruturação da Organização dos Serviços Municipais

Retirado da Ordem de Trabalhos

4. Repartição de encargos para abertura de procedimento para fornecimento de energia em média tensão para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Deliberação nº 27/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar a repartição de encargos necessária à abertura de um procedimento para um prazo de doze meses para fornecimento de energia elétrica em média tensão para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, para os efeitos estabelecidos no nº 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com o valor máximo de 749.000,00€, com o valor máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico e simultaneamente o valor máximo dos compromissos plurianuais a assumir de:

2022 – até 78.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

2023 – até 671.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e do saldo apurado do ano anterior.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

5. Celebração de contratos Interadministrativos com Uniões/Juntas de Freguesias - Transferências financeiras

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 32:09 a 32:55 minutos 4ª gravação\)](#)

→ Denunciou novo problema de gestão, porque o Gabinete de Apoio às Freguesias não conseguia dar resposta aos projectos para diligenciar as obras;

→ Sugeriu que se reforçasse o GAF com os recursos necessários ou se encontrassem mecanismos que permitissem às freguesias realizar os seus projectos. Instou na acção.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Soares (NC): [\(áudio 33:13 a 34:16 minutos 4ª gravação\)](#)

→ Responsabilizou, mais uma vez, o anterior Executivo pelos atrasos descritos no relatório, reforçando o aumento do valor dos materiais, falta de mão de obra e dificuldade de execução acrescida actualmente;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Reconheceu, face ao exposto, o trabalho e esforço do Gabinete de Apoio às Freguesias na tentativa de repor as obras, optando sempre pelas obras mais antigas;
- Assumiu-se como o Presidente de Junta mais prejudicado no mandato anterior, porque não lhe tinha sido permitido realizar qualquer obra à excepção de 10.000€ investidos na Póvoa do Loureiro.

Intervenção do Deputado Municipal João Paulo Marques (PS): [\(áudio 34:31 a 44:14 minutos 4ª gravação\)](#)

- Apresentou-se como membro da Assembleia Municipal desde os últimos 9 anos, sensibilizou para a transmissão em directo da Sessão e defendeu que, salvo excepções pontuais não se discutiam assuntos de interesse para a cidade;
- Remeteu para o ano da sua chegada em 2013, quando as Águas de Coimbra tinham 8 milhões de euros para aplicar e reportou a existência de locais sem saneamento, refletindo que se tinha gastado dinheiro para melhorar a qualidade de vida dos munícipes;
- Referiu que os cidadãos sabiam que trimestralmente o governo transferia verbas para as Câmaras, pelo que, apesar da possível retenção, tinha de ser visível o investimento nas pessoas;
- Instou “*basta, vamos trabalhar!*” e contestou a desresponsabilização do Presidente da Câmara, porque também o próprio, como Presidente de Freguesia tratava de assuntos básicos responsabilidade da Câmara e que não obtinham resposta, nomeadamente, alteração de sinais, substituição de sinalética, pavimentação de estradas. Questionou se a câmara não respondia sequer às alterações de sinais como iria responder ao suprimimento de autocarros;
- Alertou que, face a existência de trabalhadores irresponsáveis, como reportava o Executivo, nos Serviços Municipalizados que identificassem os problemas e atuassem em conformidade;
- Observou que, relativamente às faixas de gestão de combustível, o valor era menor do que em 2015/2016. E imputou a responsabilidade de inacessibilidade em socorro das localidades ao Presidente da Câmara e a todos os membros da Assembleia que, à excepção do CpC que promovia reuniões nas freguesias, não tratavam o problema dos incêndios e dos recursos das corporações de bombeiros com urgência;
- Insistiu na prevenção e na transferência de verbas para as freguesias responderem ao que a Câmara não se mostrava capaz. Lamentou o facto de ter todas as execuções do relatório em ordem e por isso não receber mais, pedindo, ainda, que os valores previstos e orçamentados para as freguesias fossem transferidos no início do ano.

Intervenção da do Presidente da Câmara:

- Informou que o Gabinete de Apoio às Freguesias tinha novas instalações e assumiu que a prioridade tinha sido mais condições e reforço dos recursos de forma a recuperar o “*atraso herdado*”;
- Referiu que o GAF estava a trabalhar muito melhor, com outra dinâmica apesar da ordem de antiguidade a que os projectos estavam sujeitos para recuperar atrasos;
- Avançou que em 2025 esperava que todas as obras concluídas e em dia e reforçou a inflação até 50 % do valor que levava a renegociações por parte das freguesias nos Contratos Interadministrativos;
- Dirigiu-se a Paulo Marques e esclareceu que quando tinham aumentado o preço das águas residuais em 2021, ainda não se conheciam as consequências da guerra na Ucrânia. E reforçou que se não fosse esse aumento o défice das Águas de Coimbra seria de 2 milhões de euros. O aumento da tarifa variável das águas residuais impediu o saldo negativo, consoante as previsões de 2021 para 2022. Evidenciou que quem estava a faturar mais era o Governo com os impostos, devido a inflação que castigava os portugueses, mas relativamente à qual o Governo não tinha culpa;
- Disse que a *Gestão das Faixas de Combustível* estava a ser discutidas em todas as freguesias e que desconhecia o valor proposto e anunciou como negociação em curso a abordar na reunião com os Presidentes de Junta. Manifestou, desde logo, mediante preço justo, a vontade de transferir esse trabalho para as freguesias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 28/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar a transferência dos seguintes valores para as Freguesias/União das Freguesias e a respectiva minuta de contrato interadministrativo:

Freguesia/União das Freguesias	Apoio ao funcionamento (AP)		
	Apoio ao Funcionamento	1% da cobrança do IMI	Total Apoio ao Funcionamento
Almalaguês	22 222,22 €	13 776,30 €	35 998,52 €
Brasfemes	22 222,22 €	13 776,30 €	35 998,52 €
Ceira	22 222,22 €	13 776,30 €	35 998,52 €
Cernache	22 222,22 €	13 776,30 €	35 998,52 €
Santo António dos Olivais	22 222,22 €	13 776,30 €	35 998,52 €
São João do Campo	22 222,22 €	13 776,30 €	35 998,52 €
São Silvestre	22 222,22 €	13 776,30 €	35 998,52 €
Torres do Mondego	22 222,22 €	13 776,30 €	35 998,52 €
Antuzede e Vil de Matos	29 914,53 €	13 776,30 €	43 690,83 €
Assafarge e Antanhol	29 914,53 €	13 776,30 €	43 690,83 €
União Freguesias de Coimbra	45 299,15 €	13 776,30 €	59 075,45 €
Eiras e São Paulo de Frades	29 914,53 €	13 776,30 €	43 690,83 €
Santa Clara e Castelo Viegas	29 914,53 €	13 776,30 €	43 690,83 €
São Martinho de Árvore e Lamarosa	29 914,53 €	13 776,30 €	43 690,83 €
São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	29 914,53 €	13 776,30 €	43 690,83 €
Souselas e Botão	29 914,53 €	13 776,30 €	43 690,83 €
Taveiro, Ameal e Arzila	37 606,84 €	13 776,30 €	51 383,14 €
Trouxemil e Torre de Vilela	29 914,53 €	13 776,30 €	43 690,83 €
TOTAL	499 999,99 €	247 973,40 €	747 973,39 €

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

5.1 Relatório de execução e plano de calendarização de 15 Março a 20 Junho – Gabinete de Apoio às Freguesias

A Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** do Relatório de Execução e Plano de calendarização de 15 de Março a 20 de Junho.

6. Proposta de apoio às Freguesias/Unões de Freguesia do Concelho, para realização de eventos e iniciativas que se insiram no âmbito das respectivas atribuições.

Retirado da Ordem de Trabalhos

7. Protocolo de Cooperação sobre o Sistema de Mobilidade do Mondego – Minuta

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC): [\(áudio 52:40 a 53:59 minutos 4ª gravação\)](#)

- Saudou, apesar dos inconvenientes causados aos cidadãos na sua mobilidade, a revolução para construir uma cidade melhor;
- Observou que as obras da Metro Mondego devolviam ao município a gestão de importantes parcelas urbanas associadas ao canal da linha de comboio, o que valorizava o património comum e podia criar uma melhor cidade;
- Questionou a falta de firmeza do Executivo com a Infraestruturas de Portugal, no sentido de reverter para o património público de Coimbra as duas parcelas de terreno situadas em área nobre da frente ribeirinha. Indicou que outras áreas do canal da linha de comboio, bem como a Estação Nova, seriam cedidas ao município, mas as parcelas da frente ribeirinha permitiriam a Coimbra criar nova cidade a preços controláveis, criando cidade e justiça social;
- Concluiu que, assim, ficariam “*reféns da especulação imobiliária*”, criariam cidade em desigualdade e reflectiu “*não adianta pensar que os desabrigados se vão empurrar para um qualquer arrumo de periferia. Os desabrigados também podem escolher a rua em que querem viver*”.

Intervenção do Presidente da Câmara

- Rejeitou liminarmente a insinuação de que a Infraestruturas de Portugal, empresa pública, fizesse especulação imobiliária. E referiu o diálogo estabelecido para respeitar as orientações da Câmara relativamente aos dois terrenos aludidos.

Deliberação nº 29/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria de 41 votos a favor** (19- PS; 6- PSD; 5- NC; 5- CDU; 3- CDS-PP; 2- CpC e 1- CH) e **1 abstenção** (1- PPM), **aprovar** a minuta do protocolo de entendimento a estabelecer entre a Câmara Municipal de Coimbra, a Metro-Mondego S.A. e as Infraestruturas de Portugal S.A., para regular a transferência da utilização e/ou titularidade dos bens imóveis, no âmbito das obras da Metro Mondego em curso.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8. Alteração do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Pista de Atletismo do Estádio Municipal Cidade de Coimbra

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC): [\(áudio 56:07 a 57:23 minutos 4ª gravação\)](#)

- Respondeu ao Presidente da Câmara, esclarecendo que não tinha imputado acção especulativa à Infraestruturas de Portugal, prevenindo que ao entrar no domínio privado podia vir a acontecer;
- Saudou a valorização do uso da pista de atletismo do Estádio Municipal Cidade de Coimbra, com o aumento do período de utilização para 1h 30min, bem como o aumento do número de utilizadores, em simultâneo, para 120, promovendo o desporto e formação desportiva;
- Defendeu que as infraestruturas desportivas, neste caso associadas ao atletismo, deviam ser rentabilizadas para a cidade e assim vivificando o Estádio Municipal Cidade de Coimbra;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Relevou a preservação das infraestruturas quando usadas para outros fins, como espetáculos, protegendo o relvado e a pista de atletismo. Observou que os promotores dos espetáculos deviam ser responsabilizados, por meio de caução, pela reparação de eventuais danos patrimoniais.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Rodrigues (NC): [\(áudio 57:38 a 59:16 minutos 4ª gravação\)](#)

- Declarou que o “*Nós Cidadãos*” concordava e iria votar favoravelmente;
- Advertiu que do uso da pista de atletismo, do relvado e do próprio estádio emergiam várias questões com a realização de eventos em prejuízo do relvado e da pista;
- Informou que o principal utilizador do relvado era a AAC-OAF. Não tinha jogado no primeiro jogo “*em casa*” e corria o risco de voltar a acontecer. Para além dos inconvenientes desportivos e financeiros resultantes destes problemas, apontou como preocupante a necessidade de obras sempre que existisse um espetáculo;
- Interpelou, face ao exposto, se os danos seriam inevitáveis e se estariam previstos. Se estariam também previstas, no contrato, as responsabilidades dos organizadores em pagar os danos. Questionou, ainda se o contrato era celebrado com a Câmara Municipal ou com a gestora do Estádio. Avançou, se sendo expectáveis, os danos não poderiam ser evitados com melhor proteção dos equipamentos e mais célere o seu arranjo de forma a não comprometer os clubes;
- Sublinhou “*fazemos votos que haja muitos eventos naquele estádio, mas sem estas habituais sequelas*”.

Intervenção do Presidente da Câmara

- Agradeceu as sugestões antecedentes e referiu que a agenda de concertos era difícil de coadunar com a sensibilidade do relvado e da pista de tartan com impacto no atletismo regional;
- Informou que era salvaguardado o risco de existirem consequências para o relvado ou para a pista de tartan com cauções pagas pelos empresários, para garantir eventuais danos avaliados em vistoria posterior conjunta com os técnicos da Câmara;
- Contou que todos os eventos passavam por acordo com AAC, pelo que era sempre estabelecido entre o promotor e o Organismo Autónomo de Futebol da AAC os termos da preservação dos interesses da Académica-OAF a quem a gestão do estádio se encontra cedida.

Deliberação nº 30/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, ***por unanimidade***, aprovar o projeto de alteração ao Regulamento de Funcionamento e Utilização da Pista de Atletismo do Estádio Municipal Cidade de Coimbra (alteração do n.º 2 do artigo 7.º e do n.º 1 do artigo 11.º),

dispensando-se a audiência dos interessados, com fundamento no disposto nas alíneas a) e d), do n.º 3, do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

9. Adesão do Município de Coimbra ao Pacto de Autarcas

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 02:45 a 03:29 minutos 5ª gravação\)](#)

- Aludiu ao Plano de Arborização como bem concebido, faltando concretizá-lo, lembrando, desde logo, as acções inscritas para o primeiro semestre;
- Advertiu que, apesar de salutar a firmação de pactos, era necessário aplicá-los.

Intervenção da Deputada Municipal Lúcia Santos (NC): [\(áudio 03:48 a 06:03 minutos 5ª gravação\)](#)

- Alertou para a emergência climática e para as alterações climáticas como parte do presente e do que se vinha assistindo, pelo que se congratulavam com a proposta de adesão do Município de Coimbra ao Pacto dos Autarcas em sinergia;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Indicou a exigência das metas a atingir, nomeadamente, a redução de emissões de CO2 em pelo menos 40% até 2030;
- Manifestou o apoio do NC ao Executivo na criação de estruturas e mecanismos para um processo de extrema exigência e de mudança da política ambiental;
- Destacou a mobilidade e os transportes, a energia e a sua ligação à construção de habitação como temas prioritários na discussão, lembrando os princípios da circularidade no processo de descarbonização como novas oportunidades para a actividade económica e empregabilidade;
- Sugeriu esforço colectivo e amplamente participado, envolvendo, desde logo, as empresas, os investidores, a universidade e os cidadãos sem os quais não se operariam verdadeiras mudanças. Apelou à sinergia de todos para a obtenção de resultados e ao voto favorável da proposta vigente.

Intervenção do Presidente da Câmara

- Confirmou que não bastava aderir a pactos, era preciso concretizá-los. Explicou que o pacto incluía obrigações a cumprir e referiu que estava passível de ser assinado, pelas autarquias, desde Novembro de 2015 e, assim, saudava a adesão da Câmara Municipal em 2022.

Deliberação nº 31/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar:

- A **Adesão do Município de Coimbra ao Pacto de Autarcas**, nos termos estabelecidos no Compromisso de Adesão “**Pacto de Autarcas – Europa: Rumo a uma Europa mais justa e com impacto neutro no clima**”;
- **Mandar** o **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra para outorgar a subscrição do pedido formal de adesão ao Pacto de Autarcas**;
- **Elaborar** o “**Plano de Ação de Coimbra para a Energia Sustentável e o Clima**”, em articulação com os serviços municipais;
- **Elaborar** o “**Plano de Ação de Coimbra para a Energia Sustentável e o Clima**”, seguindo as seguintes etapas:
 - Inventário de referência das emissões;
 - Plano de Ação para a energia sustentável e o clima (PAESC), no prazo de 2 anos a contar da data da decisão da Assembleia Municipal;
- **Comunicar** as informações sobre o progresso alcançado de 2 em 2 anos após a entrega do PAESC.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

10. Fundação Serralves – Proposta de não Adesão do Município ao Conselho de Fundadores

Deliberação nº 32/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a **não adesão do Município ao Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves**, conforme proposta apresentada Presidente da Câmara a 12 de Maio de 2022.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

11. Designação de fiscal único e respectivo suplente – IParque.

Deliberação nº 33/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a **designação, para o mandato autárquico em curso, da sociedade de revisores oficiais de contas Alberto Martins, Magalhães & Associados, SROC, Lda., como fiscal único da Empresa Municipal IParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A., bem como o revisor oficial de contas Luís Miguel Lopes Ferreira,**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

inscrito na respetiva Ordem sob o n.º 1844, como suplente do fiscal único, nos termos da proposta do Presidente da Câmara Municipal de 06 de Julho de 2022.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

12. Criação do Provedor do Município da Câmara Municipal de Coimbra e aprovação do respectivo estatuto.

Intervenção do Deputado Municipal Pinheiro Castro (CDS-PP): [\(áudio 10:20 a 12:57 minutos 5ª gravação\)](#)

- Declarou que o CDS concordava com a criação do Provedor do Município. Avançando que a escolha da personalidade certa para ocupar o cargo se revelava muito importante e deveria ser consensual;
- Previu que o Provedor do Município deveria ser uma personalidade com mérito, independente, imparcial, com reconhecida reputação moral e cívica, acessível, humilde e de fácil trato. Alguém em quem aos cidadãos confiassem;
- Enunciou como deveres do Provedor a disponibilidade para ouvir os munícipes, para promover o cumprimento dos direitos, das liberdades, das garantias e os interesses legítimos dos cidadãos e assegurar a justiça e a lealdade do exercício dos poderes públicos. Apontou, ainda, a capacidade para, junto dos serviços e das empresas municipais, solicitar a necessária informação sobre a solução dos problemas dos cidadãos. Acrescentou como relevante o acompanhamento das queixas e reclamações, quando os munícipes confiassem no funcionamento dos canais normais e a importância das recomendações e sugestões aos serviços, de forma isenta e independente, com o objetivo de obter uma administração mais eficiente e próxima dos cidadãos;
- Perspetivou alguém independente da estrutura da Câmara Municipal de Coimbra, que ajudasse a resolver problemas quando a resposta via normal tardava a chegar, não era justa ou suficiente.

Intervenção da Deputada Municipal Lara Martins (NC): [\(áudio 13:21 a 15:17 minutos 5ª gravação\)](#)

- Concordou com a forma de criação do Provedor, agregado ao Órgão Executivo do Município e ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP e da Lei 75/2013;
- Saudou a aproximação dos Órgãos e dos serviços municipais aos cidadãos com uma visão modernizada e actual do exercício da actividade autárquica, independente, apartidário, apolítico e que auscultasse a população, papel mediador junto dos serviços municipais, sujeito a escrutínio público;
- Mencionou o pagamento mensal proposto para o exercício do cargo constante nos Estatutos, acrescentado que devia ser referida a gratuidade do recurso ao Provedor.

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 15:30 a 18:03 minutos 5ª gravação\)](#)

- Afirmou, em nome da CDU, que a questão do Provedor do Município estava resolvida pela democracia, que através do voto dos cidadãos constituía câmaras de provedores integradas pelos membros da Assembleia eram;
- Lembrou que estavam num Órgão Eleito que não precisava “*que ninguém venha substituir aquilo que é o nosso dever*”;
- Observou que o necessário seria apoiar a Câmara na sua acção permanente de provedoria, remetendo para a proposta de orçamentar anualmente o funcionamento da Assembleia Municipal, permitindo o reforço do quadro de pessoal permanente de apoio; criar espaços próprios para a instalação dos gabinetes dos diversos grupos políticos em local central da cidade e pertença do município; apoiar o funcionamento dos grupos municipais que se vierem a constituir dotando-os de instalações e meios de comunicação próprios promovendo uma maior ligação aos munícipes; reforçar e garantir os mecanismos de participação aos cidadãos criando condições para que as comissões permanentes da Assembleia Municipal pudessem efetivamente funcionar;
- Declarou “*eu, como provedor do município, estou sujeito a que amanhã não possa ter assento nas instalações da Assembleia Municipal, mas um provedor do Município que não foi eleito por ninguém vai ter esse assento. Acho que não nos dignifica como Assembleia*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção Deputado Municipal João Malva (CpC): [\(áudio 18:23 a 19:42 minutos 5ª gravação\)](#)

- Congratulou, em nome do grupo Cidadãos por Coimbra, a criação do Provedor do Município na Cidade de Coimbra, declarando que votariam favoravelmente;
- Explicou que o Provedor do Município permitia aproximar os eleitos dos eleitores, deveria ser um cidadão respeitável, interlocutor dos cidadãos com independência das diversas forças políticas, que valorizasse a Assembleia Municipal, que o elege e a quem presta contas da sua atividade;
- Instou que, em sede de revisão do regimento da Assembleia, era importante que a intervenção do Provedor do Município fosse normalizada em período seguinte à intervenção dos cidadãos, para que o Provedor informasse a Assembleia sobre a sua atividade regular e fizesse “pontes” com a voz dos cidadãos. Advertiu que a proposta não substituíra a apresentação regular de relatórios de atividade à Assembleia;
- Dirigiu-se ao Presidente dizendo-lhe “até pode não cumprir as suas 112 medidas programáticas do seu Programa Eleitoral, mas, com esta feliz iniciativa está a cumprir uma parte importante do programa dos Cidadãos por Coimbra, o que nos satisfaz!”

Intervenção Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 19:59 a 20:23 minutos 5ª gravação\)](#)

- Declarou que o Partido Socialista acompanhava as intervenções antecedentes de Manuel Rocha e João Malva, acrescentando apenas que para cumprir o Programa do Juntos Somos Coimbra ficavam a faltar 111 medidas.

Declaração de Ausência do Deputado Municipal Rui Claro (PS)

“Eu, Rui Miguel Rodrigues Moreira Claro, deputado municipal eleito à Assembleia Municipal de Coimbra pela lista do Partido Socialista, venho pelo presente justificar a ausência da votação do Ponto 12 da “Ordem de Trabalhos”, relativo à “Criação do Provedor do Município da Câmara Municipal de Coimbra” e aprovação do respetivo estatuto, por ter fortes reservas e dúvidas quanto à sua legalidade e constitucionalidade.

Não obstante ter a mesma proposta sido aprovada em sede de Reunião do Executivo Municipal, e concordando com a figura enquanto princípio norteador, a proposta carece da devida sustentação legal para produzir os seus legais efeitos, pelo que declaro para os devidos efeitos o motivo da minha ausência, solicitando que a mesma conste da respetiva ata da Sessão.”

Deliberação nº 34/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria, de 35 votos a favor** (14-PS;10- PSD; 5- NC; 3- CDS-PP; 2- CpC e 1- CH), **6 votos contra** (5- CDU;1-PPM) e **4 abstenções** (4- PS), **aprovar a proposta de criação da figura do Provedor do Município e respetivo estatuto** apresentado pelo Presidente da Câmara Municipal a 5 de Julho de 2022.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

13. Projecto de Acta nº 2, de 28 de Abril de 2022

Deliberação nº 35/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar o **Projecto de Acta nº 2/2022, de 28 de Abril**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações em minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.